

SUBJETIVIDADE E CRÍTICA EM SARTRE

Subjectivity and Criticism by Sartre

*Franklin Leopoldo e Silva*¹

Vitória (ES), vol. 4, n. 1
Janeiro/Junho 2015

SOFIA
Versão eletrônica

¹ Professor titular da Universidade de São Paulo

Resumo: Este artigo pretende mostrar, no que se refere a Sartre, que a crítica se exerce a partir de uma subjetividade situada que deverá esclarecer, por sua vez, as situações de representação nos diversos modos de pensar. Ora, a noção de situação implica a ideia de contingência como o vetor que orientará o trabalho crítico. Neste sentido, não se pode supor o filósofo como o observador externo que apreenderá, por via da atitude crítica metodicamente desenvolvida, os procedimentos da razão. Em outras palavras, não é possível estabelecer uma estrutura *a priori* em si mesma dotada de necessidade lógica que desempenhe a função de antecipar categorialmente a objetividade do conhecimento em sua efetivação. Pelo contrário, as dimensões subjetiva e objetiva constitutivas da representação (e da ação) estarão sempre configuradas em situações caracterizadas pela contingência.

Abstract: This article intends to show, in relation to Sartre, that criticism is exercised from a subjectivity situated which should clarify, in turn, the situations of representation in the various ways of thinking. The notion of situation implies the idea of contingency as the vector that will guide the critical work. In this sense, we can't assume the philosopher as the outside observer that will perceive, through developed methodically critical attitude, the procedures of reason. In other words, it is not possible to establish a structure *a priori* itself endowed with logical necessity that performs the function of anticipating categorically the objectivity of knowledge in its execution. On the contrary, the dimensions subjective and objective constitutive of the representation (and of the action) will always be configured in situations characterized by contingency.

O termo “crítica” merece algumas notas de esclarecimento para que fique mais claro o seu significado no contexto das observações que faremos aqui. Ao mencionar diferenças que, provavelmente, podem ser consideradas óbvias, talvez venhamos a conseguir um pouco mais de precisão na delimitação da significação de “crítica” em Sartre, em sua relação com a subjetividade. Por se tratar de filosofia e de um filósofo, talvez o primeiro e o principal significado do qual devemos nos afastar seja o de “filosofia crítica” relacionada ao pensamento kantiano.

Para os objetivos que buscamos aqui não precisamos nos alongar nesta questão. Provavelmente basta esboçar a diferença entre o exame crítico das condições de conhecimento vinculada à noção de subjetividade transcendental e o procedimento crítico relacionado à subjetividade em situação. No primeiro caso, que é o de Kant, devemos lembrar o caráter relevante da estrutura lógica que confere necessidade ao conhecimento, isto é, o sistema das condições transcendentais das operações sintéticas da abordagem objetiva da realidade fenomênica, que o filósofo considera definitivamente estabelecidas como resultado da crítica, isto é, do exame *quid juris* das normas de objetividade que estão implicadas no trabalho da ciência e de que decorre a articulação entre possibilidades e limites.

Já no que se refere a Sartre, a crítica se exerce a partir de uma subjetividade situada que deverá esclarecer, por sua vez, as situações de representação nos diversos modos de

pensar. Ora, a noção de situação implica a ideia de contingência como o vetor que orientará o trabalho crítico. Neste sentido, não se pode supor o filósofo como o observador externo que apreenderá, por via da atitude crítica metodicamente desenvolvida, os procedimentos da razão. Em outras palavras, não é possível estabelecer uma estrutura *a priori* em si mesma dotada de necessidade lógica que desempenhe a função de antecipar categorialmente a objetividade do conhecimento em sua efetivação. Pelo contrário, as dimensões subjetiva e objetiva constitutivas da representação (e da ação) estarão sempre configuradas em situações caracterizadas pela contingência. Neste sentido, concepção, exposta no início de *O Ser e o Nada*, de que o ser só é dado fenomenicamente, já indica, na origem da representação, a irreduzibilidade do fenômeno, isto é, da contingência. Assim, o que se poderia chamar de exame das condições sensíveis e intelectuais de apreensão do mundo e do próprio sujeito está sempre afetado pela dupla contingência do sujeito e do objeto. O que explica, pelo menos em parte, a oposição de Sartre, já na *Transcendência do Ego*, à necessidade do Eu transcendental afirmado por Husserl em *Ideias I*.

A situação, à qual deve sempre se referir o sujeito e o objeto, pode ser remetida à concepção heideggeriana do Dasein como ser-no-mundo ou à impossibilidade de “sobrevoo” (como diria Merleau-Ponty) do sujeito em relação à totalidade. Com efeito, a ausência de necessidade a priori é também a ausência de totalidade dada. A noção de *totalização* (em vez de totalidade) em Sartre poderia, neste sentido, ser entendida como a sucessão de contingências, o que nos coloca no domínio da temporalidade. A recusa do Eu transcendental faz com que as funções subjetivas se exerçam no curso dos processos de subjetivação e de objetivação. Por isto, a matriz da atitude crítica e de suas expressões não pode ser a subjetividade entendida como estrutura externa ao que se denomina “mundo objetivo”. A superação do criticismo kantiano e a transfiguração da fenomenologia husserliana, por via da revisão das funções do Eu transcendental e da redução fenomenológica, nos coloca, ainda que um tanto precariamente, diante da relação propriamente sartriana da relação entre subjetividade e crítica, isto é, em condições de compreender a especificidade da *crítica* em Sartre.

Uma das afirmações de maior acuidade dentre aquelas que podemos encontrar no texto de Bento Prado Jr. escrito como prefácio à tradução brasileira de *Situações I*², refere-se ao motivo crítico constantemente presente em Sartre quando se refere à tradição e à filosofia contemporânea:

² PRADO JR., Sartre e o Destino Histórico do Ensaio. In SARTRE, J.P. *Situações I*, tradução brasileira de Cristina Prado, CosacNaify, São Paulo, 2005, pp. 7-26.

O que é preciso contrapor aos melhores filósofos clássicos, de que nos alimentamos e com a ajuda dos quais pensamos nossa esquálida experiência do presente? Uma totalização sempre finita, incapaz de reabsorver a contingência e a facticidade, ou, ainda, o que há de incontornável na subjetividade.³

O diálogo com as filosofias do passado e do presente ocorre a partir da constatação filosófica, histórica e crítica da irreducibilidade da contingência, da facticidade e da instabilidade do sujeito. Evidentemente, não são critérios que substituiriam, na ordem lógica, porém de modo mais flexível, os parâmetros tradicionais de juízo. Foi a experiência histórica que os impôs, a partir do caráter incontornável do mundo vivido, da “violência absoluta” que obrigou toda uma geração a “repensar a relação entre a essência e o fato” no contexto da existência histórica concreta, em que o homem se divide entre sua liberdade e seu destino.⁴ É neste contexto que se constitui, de modo filosófico-crítico, “o privilégio do presente situado”, ou seja, a condição humana em sua historicidade.

Assumir o caráter dramático da existência diante da experiência histórica do século XX foi o que fez que a filosofia atual rumasse “em direção ao concreto”⁵, superando os dualismos pacificadores e enfrentando as tensões constitutivas da vida histórica. Já não basta a crítica filosófica que pretenda apenas realizar ajustes epistêmicos a partir de uma espiritualidade que permitiria à *philosophia perennis* manter-se a despeito dos acidentes ocasionais. O exame crítico deve chegar à radicalidade da recusa, para que possa promover a transformação, deparando-se assim com a inconsistência dos dogmatismos e optando, de maneira compreensivelmente paradoxal, pela fragilidade de um pensamento imerso na temporalidade que, para compreender a si e ao seu tempo, mergulha na catástrofe como forma de resistência. É neste sentido que a representação filosófica busca diminuir a distância instaurada pelas mediações teóricas e que a representação literária procura fornecer ao homem a sua imagem num “espelho crítico”.

São essas superações que abrem a perspectiva crítica que os ensaios de Sartre procuram desenvolver. E são também elas que nos permitem reunir crítica filosófica e crítica literária.

Atualmente, penso que a filosofia é dramática. Não se trata mais de contemplar a imobilidade das substâncias que são o que são, nem de encontrar as regras de uma sucessão de fenômenos. Trata-se do homem – ao mesmo tempo um *agente* e um *ator* – que produz e protagoniza seu drama, vivendo as

³ PRADO JR. op. cit, p. 15.

⁴ PRADO JR. op. cit., p.15.

⁵ WAHL, J. *Vers le Concret*. Études d’histoire de la Philosophie Contemporaine. Vrin, Paris, 2004 (1932).

contradições de sua situação até a explosão de sua pessoa ou a solução de seus conflitos.⁶

Como vimos, é a situação dramática da atualidade que exige uma filosofia do presente também dramática, e as filosofias do passado devem ser interrogadas a partir desta dramaticidade, caso contrário nos resignaremos a escamotear os conflitos.

Entretanto, como a filosofia, mesmo dramática, “não estuda o individual enquanto tal”, porque mesmo o indivíduo (Flaubert, por ex.), quando estudado filosoficamente, deixa permanecer ainda a demanda um outro esforço de compreensão, já que “a única maneira de falar dele (indivíduo) é inventar uma história”.⁷ É neste sentido que se deve entender a relação entre a *Crítica da Razão Dialética* e *O Idiota da Família*, vinculação muito comentada, em vários sentidos, por leitores de Sartre. Como diz o autor, “há osmose” entre os dois livros, mas não há passagem direta da filosofia da história para a elucidação do indivíduo singular. Assim também, “não se fará jamais filosofia sobre *Madame Bovary*, porque se trata de um livro único (...) Mas podemos estudá-lo com *método*.”⁸ Tais diferenças, que supõem a relação entre o singular e o universal, explicitada por Sartre no texto sobre Kierkegaard⁹, indicam de modo claro que é a dramaticidade da experiência existencial e histórica que constitui o tema da filosofia e da literatura – ao menos do romance e do teatro. Quanto ao “método” da filosofia deve-se assinalar a distância entre *O Ser e o Nada*, tanto na sua temática quanto no modo de escrita, relativamente à obra filosófica convencional: o que nos surpreende no livro é a mescla do “método” filosófico no sentido habitual e as exigências “narrativas” presentes no propósito de elucidar a conduta, como se a ontologia da subjetividade fosse inseparável da figuração concreta da existência individual e histórica.¹⁰ Quando abordamos, neste sentido, a relação entre Ontologia e História em Sartre, devemos estar atentos para os dois sentidos da história: de um lado, as condições objetivas gerais da existência, objeto de uma filosofia da história; de outro a dimensão histórica do processo de subjetivação ou a história do sujeito singular. Não é por acaso que o método progressivo-regressivo, aplicado na Psicanálise Existencial, consiste na articulação dessas duas histórias – ou desta dupla dimensão e duplo sentido da historicidade. Esta articulação está presente na significação universal da

⁶ SARTRE, J.P. Les Écrivains en Personne. Entrevista a Madeleine Chapsal. *Situations IX*. Gallimard, Paris, 1972, p.12.

⁷ SARTRE, J.P. op. cit. p. 13.

⁸ Idem.

⁹ SARTRE, J.P. L'Universel Singulier. *Situations IX*, op. cit., pp. 152-190.

¹⁰ Cf. a respeito o extraordinário estudo de Cristina Diniz Mendonça, “O Mito da Resistência – experiência histórica e forma filosófica em Sartre”, tese de doutoramento, FFLCH-USP, 2001.

singularidade do indivíduo e na significação singular da ação exercida por ele como agente da História “universal”.

É nesta direção que se pode dizer que a contingência é o solo em que se assenta a compreensão da condição humana, entendida como a íntima relação entre temporalidade e liberdade ou a experiência dramática da contradição entre indivíduo e história. É no contexto deste “drama”, ao qual se refere Sartre na entrevista citada, que devemos entender o significado e o alcance da história como *totalização* sem totalidade e do sujeito como totalidade *destotalizada*. É ainda de acordo com esta configuração de um entendimento da *praxis* que devemos situar a afirmação de Bento Prado Junior:

É essa articulação entre ontologia fundamental e situação histórica (só pensável sobre o fundo de uma filosofia que parte da contingência do Ser) que permite a permeabilidade entre diferentes formas de linguagem e níveis de conceituação reunidos num movimento único em *O Ser e o Nada*.¹¹

Mas permitimo-nos acrescentar que a compreensão desta permeabilidade (que não afeta de modo algum a especificidade das linguagens) seria ainda a base da compreensão entre a relação entre filosofia e literatura vista sob o viés da *crítica*. E se nos referirmos à crítica literária, perceberemos que o que se procura apreender no romance é um modo de “inventar uma história” tal que ele enseje a oportunidade de compreender o sentido individual do drama que se passa na experiência da relação entre temporalidade e liberdade, bem como o sentido universal do mundo e da história individualmente vividos. É neste sentido que a obra *revela* ou *desvenda* a condição humana por via do “espelho crítico” que já mencionamos. Este espelho não reflete apenas a imagem do indivíduo: é algo que se constitui na medida em que refletir-se é refletir, e a representação de si, histórica e socialmente significativa, *compromete*. “Escrever é, pois, ao mesmo tempo desvendar o mundo e propô-lo como uma tarefa à generosidade do leitor.” Dito de outra forma: “(...) o escritor, homem livre que se dirige a homens livres, tem apenas o único tema: a liberdade.”¹²

O escritor tem como único tema o *drama da liberdade*. Sublinhar o caráter dramático da liberdade tem a evidente finalidade de nos precaver contra o enaltecimento da vontade livre, como poderia ser o caso de um humanismo ingênuo ou de má-fé. Mas importa sobretudo indicar o que já apontamos como a função comum da filosofia e da literatura: situar o sujeito diante de sua liberdade, não como um atributo, mas como a revelação e o

¹¹ PRADO JR. op. cit., p. 15.

¹² SARTRE, J.P. *Que é a Literatura?* Tradução brasileira de Carlos Felipe Moisés, Editora Ática, São Paulo, 1989, respectivamente pgs. 49 e 52.

desvendamento de si mesmo no mundo e na história. Assim, quando o escritor, “homem livre”, se dirige a “homens livres” ele os convoca a assumir o drama existencial a ser vivido na contingência das situações constituídas pela contradição entre a liberdade e os fatores determinantes, sejam os fatos, sejam os outros. Ora, a crítica deve procurar encontrar e entender a reciprocidade que ocorre no reconhecimento mútuo da liberdade do leitor pelo escritor e da liberdade do escritor pelo leitor. Esta relação está no próprio núcleo da literatura como o compromisso primaz que reúne o ato de escrever e o ato de ler. Como se o engajamento exigisse *tomar partido*: antes de tudo o escritor toma o partido do leitor, e o leitor toma o partido do escritor, e ambos o fazem livremente, criticamente. A relação de alteridade assim estabelecida é a comunhão humana no imaginário: “Só existe arte por e para outrem.”¹³

Outra virtude do prefácio de Bento Prado Jr. a *Situações I* é relacionar *contingência* e *ensaio*. Com efeito, se usarmos o termo “precisão” em sentido bergsoniano, oposto à “exatidão”, poderemos entender que a aderência à realidade humana, não em sua realidade imediata, mas em seu sentido de articulação dialética, exige aquele pensamento *preciso* que Bergson opunha à exatidão formal de uma representação puramente epistêmica e matematizante. Bento Prado nota que há uma convergência entre as concepções de *ensaio* em Adorno e Sartre, a despeito da diversidade das referências: em Adorno, o jovem Lúkcacs; em Sartre, predominantemente Bataille. Outro paralelo interessante é que em ambos os autores há uma consciência muito nítida da “crise do ensaio”: trata-se de um “gênero” em extinção, e uma das causas importantes do fenômeno é a impossibilidade de definir o ensaio e, assim, de estabelecer regras para a sua prática. E o termo “prática” não surge por acaso: as cristalizações conceituais derivadas de uma aplicação rígida da racionalidade analítica paralisam o movimento histórico e, assim, nos alienam na representação dogmática. O ensaio, uma vez que procura muito mais captar este movimento do que definir a realidade, provoca o pensamento a seguir o movimento de articulação dialética, preterindo o repouso na explicação conceitual e encetando o esforço de articular de modo mais íntimo experiência e realidade. “Essas práticas do ensaio, que trazem consigo uma visão histórico-crítica desse gênero literário, visam essencialmente, portanto, uma *crítica do mundo presente*.”¹⁴

¹³ SARTRE J.P. *Que é a Literatura?* Op. cit., p.37.

¹⁴ PRADO JR. Sartre e o destino histórico do ensaio. Op. cit., pp. 8-9.

Essa coincidência entre a visão crítica do ensaio e a visão crítica do presente indica que o ensaio é um gênero fundamentalmente *histórico*¹⁵: não se trata tanto de buscar a sua justificação teórica na epistemologia ou na teoria literária, quanto de traduzir *praticamente* a relação entre esta forma de escrita e a experiência histórica. É o que nos permite associar a exatidão da cristalização analítica com a “expressão cultural da alienação social”¹⁶, e a forma do ensaio com o compromisso de compreensão ativa da *práxis*. Neste sentido, se é na “linguagem viva” que reside o “poder de verdade” da expressão, o ensaio talvez nos permita reencontrá-la na aproximação entre filosofia e literatura, isto é, na superação da concepção “separatista” que habitualmente prevalece na teoria dos gêneros. Tal aproximação deve ser vista, também, criticamente. “Não se trata de *confundir* filosofia e literatura, mas de abrir caminho para uma filosofia que seja capaz de exprimir a experiência mais concreta e de valorizar uma literatura que nos permita ver *melhor* a nós mesmos e o mundo presente.”¹⁷ Observe-se que se trata de estabelecer o valor, isto é, de apreendê-lo naquilo que nos permita “ver melhor”.

Por que a literatura traz em si – ou requer - este valor? Porque Dos Passos, Faulkner, Kafka ou Stendhal, mesmo ao proporem “mundos impossíveis, fazem um ‘bom uso’ da contradição, velando-a e desvelando-a ao mesmo tempo.”¹⁸ Esta presença forte da contingência, expressa na dualidade da contradição que é velada e desvelada “ao mesmo tempo”, faz com que a compreensão desta referência ao atual, inevitavelmente presente, de formas diversas, na representação literária do mundo e do homem, só possa acontecer efetivamente por via de uma relação entre a contingência e a forma de escrita. Ao contrário da postulação de uma totalidade abstrata, “(o) ensaio não quer procurar o eterno no transitório, nem destilá-lo a partir deste, mas sim eternizar o transitório”¹⁹ em sua transitoriedade. Assim, o crítico *ensaia* esta compreensão, sem nunca lograr atingir a totalidade e esgotar definitivamente o sentido da obra – o que significa ser *fiel à fidelidade* que o escritor mantém para com a liberdade e a contingência.²⁰

¹⁵ “A relação com a experiência – e o ensaio confere à experiência tanta substância quanto a teoria tradicional às meras categorias – é uma relação com toda a história; a experiência meramente individual, que a consciência toma como ponto de partida por sua proximidade, é ela mesma já mediada pela experiência da humanidade histórica; (...)”. ADORNO, Th. O Ensaio como Forma. Tradução brasileira de Jorge de Almeida, Editora 34, São Paulo, p.6.

¹⁶ Idem, p. 8

¹⁷ Idem, ibidem, p. 9

¹⁸ Idem, ibidem, p. 9

¹⁹ ADORNO, Th.op.cit., p. 7.

²⁰ Esta presença da dialética em toda a obra de Sartre e não apenas numa “segunda fase” em que se teria dado a aproximação ao marxismo, é elucidada no texto de Bento Prado Jr.: “(...) não é necessário esperar a década de 50, quando [Sartre] cuidará de fazer uma ponte entre sua ‘ontologia fenomenológica’ e o materialismo histórico,

O único tema da literatura é a liberdade, mas a liberdade é sempre em situação, de maneira que, como lemos em *O Ser e o Nada*, não há liberdade sem situação nem situação sem liberdade. Isto não significa apenas que a experiência concreta da liberdade ocorre na relação difícil que se estabelece entre um sujeito “absolutamente” livre e as condições objetivas sob as quais ele vive e que não foram objeto de sua escolha. Significa ainda, em termos rigorosamente dialéticos, que o sujeito se constitui na medida em que é constituído pelos fatos e pelos outros. O caráter inseparável das dimensões subjetiva e objetiva na construção da conduta faz com que o processo de subjetivação inclua sempre a objetivação que se tenta fazer do sujeito. Quando dizemos que o sujeito é a *sua* história e a História, queremos dizer que ele é esta *tensão* ou esta oposição irreduzível à conciliação. Quando Sartre diz que a realidade já é *sintética*, devemos entender que a tensão é originária e irreduzível. É neste sentido que devemos entender a subjetividade – a subjetivação no exercício concreto da liberdade. Assim, quando o escritor, “homem livre” se dirige a seus leitores, “homens livres”, a relação já se dá entre realidades tensas – tensionadas pela contradição – uma vez que “o homem não coincide consigo mesmo”.²¹

É nesta direção que devemos compreender o trecho de *Que é a Literatura?*: “Mas se nós mesmos produzimos as regras de produção, as medidas e os critérios, e se o nosso impulso criador vier do mais fundo do coração, então nunca encontraremos em nossa obra nada além de nós mesmos.”²² Nós mesmos: quer dizer, a nossa história, aquilo que em nós reconhecemos, não como identidade substancial, mas como a construção livre e contingente do que desejamos ser. Antes que os outros nos objetivem, nós nos percebemos a nós mesmos, não como interioridade pura, mas como a interiorização do mundo e dos outros. Ora, é isto que se reflete na obra, ainda que o artista não o perceba “objetivamente”, pois tem “demasiada familiaridade” com tais processos. Sabemos que, no limite, ser sujeito significa perceber-se como outro – o processo de subjetivação é *alteração*, ação de tornar-se outro. E como já vimos, o sentido da literatura, no âmbito da função transitiva da prosa, está na alteridade: ato de escrita, ato de leitura, inseparavelmente vinculados – não apenas de forma complementar, mas constitutivamente. Não significa apenas que a leitura “atualiza” a escrita; antes devemos dizer que só há escrita se houver leitura. Isto confere à crítica, enquanto ensaio de compreensão, uma dimensão muito de acordo com o pensamento de Sartre acerca dos processos: a busca da compreensão é a busca de uma totalidade que só se oferece nos termos

num esforço que culminará na redação da *Crítica da Razão Dialética* (publicada em 1960) para que Sartre dê lugar em sua reflexão à inspiração de Hegel e de Marx.” (PRADO JR, Op. cit, p. 9).

²¹ Frase de Dostoiévski citada por Sartre, apud PRADO JR., op.cit., p. 9.

²² SARTRE, J.P. *Que é a Literatura?* Op. cit., p. 35.

de totalização. Nisto também o leitor crítico é fiel ao escritor, que se compromete com o movimento da escrita para representar a liberdade na temporalidade. Daí a recusa de Sartre do autor onisciente. Na narrativa, como na existência, o futuro é apenas provável. É este engajamento na contingência que indica a impossibilidade da impassibilidade e da arte pela arte.

Assim o compromisso do escritor é também o do leitor e do crítico. A valorização da literatura pela crítica (de origem filosófica), por seguir este compromisso, nunca se pode confundir como enaltecimento abstrato. Antes, é a presença do “espírito polêmico, animado pela busca da forma de narrativa romanesca que corresponderia à melhor expressão da experiência contemporânea do mundo (...)”²³ E a busca da “melhor” forma narrativa ocorre por via do ensaio como compreensão crítica da “expressão da experiência” no romance. Não se trata, portanto, de uma apropriação meramente formal: em Sartre todas análises de forma estão vinculadas ao valor que na obra se pode atribuir à expressão da experiência. O exemplo privilegiado, para Bento Prado, é a análise da experiência da temporalidade em Faulkner, isto é, a apreensão da “metafísica do romancista” na narrativa da duração, ou de temporalização da subjetividade. Por isto essa “metafísica”, pela qual se deve entender a autonomia do pensar literário, revela, na forma e no conteúdo, o drama da liberdade vivida na temporalidade. A metafísica do romancista jamais o afasta da história; pelo contrário, nesta “metafísica” encontramos o seu modo de representar a história, inclusive quando pretende uma arte a-histórica. Assim, o ensaio de compreensão crítica corre os riscos inerentes à historicidade: não uma relatividade puramente psicológica, mas decorrente da *necessidade* de se manter na *contingência*, paradoxo análogo à fatalidade da liberdade²⁴. É neste sentido que o escritor mergulha na contingência da historicidade, para narrar a experiência da liberdade; o (leitor) crítico deve acompanhá-lo nesta aventura.

REFERÊNCIAS

SARTRE. *O ser e o nada*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. “Les écrivains en personne” In *Situations IX*. Paris: Gallimard, 1972.

_____. “L’universel singulier” In *Situations IX*. Paris: Gallimard, 1972.

_____. *Que é a literatura?* São Paulo: Ática, 1989.

²³ PRADO JR. op. cit., p. 20.

²⁴ “(...) o preço de sua [do ensaio] afinidade com a experiência intelectual mais aberta é aquela falta de segurança que a norma do pensamento estabelecido teme como a própria morte”. (ADORNO, Th. op. cit., p. 8).

PRADO JR., B. “Sartre e o destino histórico” In *Situações I*. São Paulo: Cosac & Naify, 2005.

WAHL, J. *Vers le Concret*. Paris: Vrin, 2004.

MENDONÇA, C. *O mito da Resistência: experiência histórica e forma filosófica em Sartre*”.

Tese de doutoramento em Filosofia, FFLCH-USP, 2001

ADORNO, T. “O ensaio como forma” In *Notas de Literatura I*. São Paulo: Ed. 34, 2012.